



idp

Brasília/DF  
Outubro/2020

# CADERNO DE RESUMOS

ANAIS DO 2º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES  
DO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

---

C122 Segundo Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP

Caderno de resumos anais do 2º Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP/ Organizadores Caio Cordeiro de Resende; Paulo Alexandre Batista de Castro; Alessandro de Oliveira Gouveia Freire [et al.]. - Brasília: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, – outubro, 2020.

42 p.

1. Administração pública. 2. Resumos. 3. 2º Seminário de pesquisas discentes. I. Título. II. Tessmann, Mathias Schneid (org.). III. Mendonça Sobrinho, Milton de Souza (org.). IV. Holtermann, Renan Silveira (org.). V. Souza, Matheus Gonçalves da Silva. VI. Jardim, Gabriela Gadeia Brito.

CDD: 341

CDU: 351

---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves  
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

Anais do 2º Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP  
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP  
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública  
16 e 17 de Outubro de 2020

CADERNO DE RESUMOS  
ANAIS DO 2º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES DO MESTRADO EM  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

Brasília/DF  
Outubro /2020

# CADERNO DE RESUMOS



**Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP**  
Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

**Escola de Gestão, Economia e Negócios do IDP – EGEN**  
Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

**Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP**  
Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende



## COMISSÃO ORGANIZADORA

**Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende**  
**Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro**  
**Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire**  
**Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann**  
**Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho**  
**Renan Silveira Holtermann**  
**Matheus Gonçalves da Silva e Souza**  
**Gabriela Gadeia Brito Jardim**

## COMITÊ CIENTÍFICO E PARECERISTAS

**Profa. Dra. Luciana Silva Garcia**  
**Prof. Dr. Márcio de Oliveira Júnior**  
**Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro**  
**Prof. Dr. Pedro Lucas de Moura Palotti**

## ELABORAÇÃO DO CADERNO DE RESUMOS

### Editoração:

**Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire**  
**Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann**  
**Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho**

### Revisão:

**Renan Silveira Holtermann**  
**Matheus Gonçalves da Silva e Souza**

### Marketing:

**Antonio Zaninetti**

### Design e Diagramação:

**Norberto Junior**

### Realização e Publicação:

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP

## APRESENTAÇÃO

O Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP implementou o “Seminário de Pesquisas Discentes” com objetivo de criar um espaço especificamente voltado para a apresentação e discussão dos projetos de pesquisa dos(as) alunos(as) do PPG. O evento ocorre semestralmente e reúne todos os discentes que cursam a disciplina obrigatória “Metodologias de Pesquisa Científica”.

Essencialmente, o evento oportuniza aos discentes a possibilidade de aprimorar seus projetos de pesquisa por meio de feedbacks que recebem tanto dos professores quanto de outros colegas. O foco maior é dado aos aspectos metodológicos das pesquisas, mas retornos sobre problema e problematização das temáticas de pesquisa, assim como sugestões, críticas e ajustes no referencial teórico também são possíveis de se obter.

O evento vem se consolidando como um importante fórum de discussão de pesquisas discentes e tem sido fundamental para os passos seguintes que os(as) alunos(as) têm na jornada do mestrado, que é o exame de qualificação. O evento é intencionalmente posicionado como o passo anterior à qualificação do projeto de dissertação.

O evento estrutura-se em torno de um único Grupo de Trabalho, o “GT – Métodos e Técnicas para Pesquisas em Administração Pública”, que recepciona os trabalhos dos discentes. Após cada edição do Seminário de Pesquisas Discentes, o Mestrado em Administração Pública do IDP publica os anais da respectiva edição do evento, no formato de um Caderno de Resumos.

O evento é aberto à comunidade acadêmica e buscar reforçar o importante elo entre ensino e pesquisa, tão relevante para o processo de produção, acumulação e publicização do conhecimento acadêmico-científico.

A seguir apresentam-se os resumos dos trabalhos da segunda edição do Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP, realizado em outubro de 2020.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

Ponderar a Gestão da Qualidade na “Fundação Amazonprev”, Tendendo Elevar a Qualidade no Atendimento e Gerindo com Excelência os Processos Previdenciários no Estado do Amazonas Brasil <i>Adriano Mendonça Ponte</i> .....	09
O Ministério Público e o seu Papel de Mediador entre o Sistema Político e Sociedade Civil: Em que Medida Pode ser um Mecanismo de Maior Efetividade das Políticas Públicas Educacionais? <i>Alba da Silva Lima</i> .....	10
Perspectivas de Integração e Sistematização de Avaliação de Políticas Públicas Pelo Senado Federal <i>Alba Valéria Fontes Leite</i> .....	11
<i>Soft Regulation</i> : Formas de Intervenção Estatal para além da Regulação Tradicional <i>Ana Paula Andrade de Melo</i> .....	12
Avaliação de Impacto Legislativo: Um Estudo de Caso sobre as Normas Aprovadas Durante a Crise Causada pelo Coronavírus <i>Andréa Haggstram Rodrigues</i> .....	13
Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas em Fundos de Pensão Brasileiros: Panorama e Fatores Influenciadores <i>Antonio Augusto de Miranda e Souza</i> .....	14
Laboratórios Farmacêuticos Oficiais: Ponto de Conexão com o Sistema Único de Saúde (SUS) e sua Relevância Estratégica <i>Antonio Carlos Bringel Machado</i> .....	15
A Realocação dos Recursos Advindos das Privatizações para o PRONAMPE, como Mecanismo de Redução dos Impactos Econômicos nos MPE, MEI e Informais para Redução da Dívida Pública <i>Antonio José Nogueira Santana</i> .....	16
Gestão por Processos no Governo do Distrito Federal: Uma Análise de Maturidade <i>Bernardo da Rocha Spiegel Sallum</i> .....	17
Como Decide o Conselho Nacional de Justiça: Uma Análise dos Pareceres de Mérito sobre Anteprojetos de Lei <i>Bruno Crasnek Luz</i> .....	18
Eficiência e Eficácia no Sistema de Compras Centralizadas no Exército Brasileiro: Estudo de Caso do Modelo Utilizado na Guarnição de Brasília <i>Cássius Eduardo de Souza Procópio</i> .....	19
Mulheres no Serviço Militar no Exército Brasileiro: Um Estudo sobre as Impressões Deles e Delas <i>Eclair Gil Tinoco Junior</i> .....	20
Estruturação, Estratégias e Desafios dos Consórcios Intermunicipais de Saúde no Estado de Goiás <i>Evanilde Fernandes Costa Gomides</i> .....	21

Relações Humanas e Gestão de Conflitos: Bem-Estar no Ambiente de Trabalho no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio <i>Helena Machado Cabral Coimbra Araujo</i> .....	22
Coordenação Federativa e Política Nacionais: Desafios da Política de Formação Docente da Educação Básica na Capes <i>Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa</i> .....	23
Avaliação do Método de Cálculo do BDI sobre o Preço de Obras e Estudo de Caso na Terracap <i>Jonathan de Castro Dallagnol</i> .....	24
Governança das Aquisições: A Implementação de um Plano de Gestão de Riscos em uma Seção de Licitações do Exército Brasileiro <i>José Roberto Chagas Ferreira</i> .....	25
Governança do Comitê Executivo de Gestão da Camex (GECEX): Análise da Gestão Tarifária de 2003 a 2018 <i>Juliana Maria de Almeida Barros</i> .....	26
A Pandemia do Sars-Cov-2 e seus Impactos nas Administrações Tributárias das Capitais quanto à Adoção do <i>Home Office</i> e aos Efeitos na Arrecadação dos Fiscos Municipais <i>Julio Carlos da Silva</i> .....	27
A Política Concorrencial e a Economia Digital: Os Desafios da Autoridade Antitruste diante dos Novos Cenários Globais <i>Luciana Oliveira e Leão</i> .....	28
Ecosistema de Inovação como Vetor de Desenvolvimento Regional <i>Luísa Canziani dos Santos Silveira</i> .....	29
O Sistema OUV-DF como Política Pública de Promoção de <i>Accountability</i> : Uma Análise do Período de 2017-2019 <i>Marcel Lucca Cordeiro Magalhães</i> .....	30
A Lei 10.097/00 Contribui para Aumentar a Empregabilidade dos Jovens no Brasil? <i>Marco Aurelio Bertaiolli</i> .....	31
Melhorias Incrementais para a Prestação de Contas das Entidades do Sistema S junto ao TCU <i>Nicole Carvalho Goulart</i> .....	32
O Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e sua Abrangência através do Banco de Brasília (BRB) <i>Patricia Alves de Melo</i> .....	33
Avaliação dos Critérios de Sustentabilidade para Compras Públicas no Exército Brasileiro <i>Raniere de Carvalho Noronha Araújo</i> .....	34

Governo Digital um Novo Paradigma de Relacionamento com a Sociedade: A Implantação da Carteira de Trabalho de Digital <i>Ricardo de Souza Moreira</i> .....	35
O Mecanismo de Adesão as Atas de Registro de Preço e seus Reflexos Econômicos na Gestão de Compras do Município de Maceió: Uma Abordagem Econômica sobre a Luz da Legislação dos Anos de 2018/2020 <i>Rodrigo Borges Fontan</i> .....	36
Competências Existentes <i>versus</i> Competências Necessárias aos Auditores Internos Governamentais: Um Estudo de Caso do Controle Interno do Exército <i>Rosangelo Koltz</i> .....	37
A Capes e o Fomento a Pós-Graduação no Brasil: Análises, Desafios e Perspectivas Frente ao Atual Cenário Econômico <i>Thiago Bastos Neves</i> .....	38
Política Pública de Saúde: Terapia Gênica para Atrofia Muscular Espinhal (AME) e sua Disponibilidade pelo Poder Público <i>Valtenir Luiz Pereira</i> .....	39
Metodologia para Seleção de Novos Serviços no ‘Sistema S’ do transporte <i>Vinicius Ladeira Marques de Sousa</i> .....	40
Entraves para Aprovação de Proposta de Unificação das Polícias Cíveis e Militares no Congresso Nacional <i>Vinicius Rapozo de Carvalho</i> .....	41

# PONDERAR A GESTÃO DA QUALIDADE NA “FUNDAÇÃO AMAZONPREV”, TENDENDO ELEVAR A QUALIDADE NO ATENDIMENTO E GERINDO COM EXCELÊNCIA OS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS NO ESTADO DO AMAZONAS- BRASIL

Adriano Mendonça Ponte<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente projeto tem por objetivo ponderar a gestão da qualidade na “FUNDAÇÃO AMAZONPREV”, tendendo elevar a qualidade no atendimento e gerindo com excelência os processos previdenciários no estado do Amazonas-Brasil, estes dados foram coletados por meio de aplicação de questionários semiestruturados e serão analisados por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo (Bardin, 1977). Tudo isso com o fim de verificar se a implementação dos requisitos da norma ISO 9001/2015 na Amazonprev traz vantagens e aumenta a qualidade dos serviços prestados.

---

<sup>1</sup> Adriano Mendonça Ponte é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), advogado e gestor público do Estado do Amazonas.

# O MINISTÉRIO PÚBLICO E O SEU PAPEL DE MEDIADOR ENTRE O SISTEMA POLÍTICO E SOCIEDADE CIVIL: EM QUE MEDIDA PODE SER UM MECANISMO DE MAIOR EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS?

Alba da Silva Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** Apresenta-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: em que medida a intervenção do Ministério Público como mediador entre o sistema político e a sociedade civil pode ser um mecanismo hábil a conferir maior efetividade as políticas públicas educacionais? A elucidação do citado problema exigirá que a partir dos pressupostos teóricos citados na literatura que sustentam a pesquisa, persiga-se a hipótese de que a intervenção ministerial, na função de mediador entre sistema político e sociedade civil, imprime maior efetividade as políticas públicas educacionais, ao fomentar a participação dos diferentes atores e a estruturação de uma rede que informa, elabora, implementa e avalia políticas públicas, e consequentemente, reduz as ações judiciais sobre o tema. No intuito de alcançar tais objetivos será empregado o método dedutivo, com a utilização de fontes secundárias de informação, quais sejam: livros, artigos, teses, decisões judiciais, além de outros materiais jornalísticos ou acadêmicos que guardem pertinência com o tema. Busca-se assim, uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica.

---

<sup>2</sup> Alba da Silva Lima é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Graduada em Direito e Filosofia, especialista em Direito Constitucional. Atualmente, é Promotora de Justiça do Estado de Rondônia, na Comarca de Porto Velho, lotada no GAECO.

## PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELO SENADO FEDERAL

Alba Valéria Fontes Leite<sup>3</sup>

**Resumo:** O problema que se apresenta é em que medida a Resolução nº 44, de 2013, do Senado Federal, tem sido efetiva para propiciar a avaliação das políticas públicas pelo Poder Legislativo e para contribuir na melhoria dos resultados ofertados à sociedade? O objetivo é analisar as possibilidades de o Senado Federal, como avanço no desenho institucional de avaliação sistemática e integrada de políticas públicas, mediante o controle externo, com conceitos e procedimentos estabelecidos para a institucionalização da função avaliativa, com a possibilidade de criar no Legislativo uma rotina de integração com o compartilhamento as avaliações de políticas públicas realizadas pelos órgãos do governo, com maior transparência e com o objetivo de fornecer subsídios técnicos para o aprimoramento da gestão governamental, formulação de políticas e integridade da administração pública. A perspectiva é de que a Resolução nº 44, de 2013, está sendo efetiva para propiciar a avaliação das políticas públicas pelo Poder Legislativo e para contribuir na melhoria dos resultados ofertados à sociedade, pois tem um grande potencial de condições para incorporar a sistematização e a integração, para a formação de um banco de dados para acesso dos gestores das políticas públicas., com informações obtidas através das determinações dos relatórios finais de avaliação de políticas públicas que estão sendo realizadas com as ferramentas da Resolução nº44, com a transmissão simultânea de dados qualificados que hoje ofertam as condições técnicas necessárias para participação social. O trabalho empreendido será desenvolvido através da metodologia mista de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

---

<sup>3</sup> Alba Valéria Fontes Leite é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui bacharelado em Direito e é servidora do Senado Federal.

## **SOFT REGULATION: FORMAS DE INTERVENÇÃO ESTATAL PARA ALÉM DA REGULAÇÃO TRADICIONAL**

Ana Paula Andrade de Melo<sup>4</sup>

**Resumo:** Conforme art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que instituiu a “Declaração de Direitos da Liberdade Econômica”, combinado com o Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que regulamentou a análise de impacto regulatório, estipula-se a obrigação para todos os órgãos da administração pública federal de elaborarem, a partir de 2021, relatório de análise de impacto regulatório (AIR) previamente à edição, à alteração ou à revogação de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados.

Ante essa obrigação, o problema de pesquisa do presente projeto se aterá à seguinte questão: compreendendo *soft regulation* como a regulação que acontece por meio de instrumentos não vinculativos, em que não há monitoramento e fiscalização ostensivos por parte da administração pública (Koutalakis, Buzogany e Börzel, 2010; Shaffer e Pollack, 2009), a pergunta que se coloca é: como considerar ações enquadradas como *soft regulation* para serem inseridas no processo de AIR como alternativas plausíveis ao enfrentamento bem sucedido de determinado problema regulatório? O método é o da pesquisa bibliográfica, de maneira a colher diferentes materiais já publicados, permitindo o confronto de diferentes autores e dados com foco na possibilidade de se construir soluções para o cenário brasileiro. Também será possível realizar estudos de caso, de forma a aprofundar algumas investigações no âmbito do contexto pesquisado e analisar criticamente a aplicação da *soft regulation*.

---

<sup>4</sup> Ana Paula Andrade de Melo é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui bacharelado em Direito e pós-graduação em Direito Público e em Direito Público com ênfase em Gestão Pública. Especialista em elaboração, tramitação e padronização de normas no Executivo Federal, atua na área desde 2004. Atualmente, é Subchefe Adjunta de Consolidação Normativa da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Presidência da República.

## AVALIAÇÃO DE IMPACTO LEGISLATIVO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS NORMAS APROVADAS DURANTE A CRISE CAUSADA PELO CORONAVÍRUS

Andréa Haggstram Rodrigues<sup>5</sup>

**Resumo:** No estudo de caso será realizado um levantamento de todos os projetos apresentados durante a pandemia, selecionados os aprovados, os rejeitados e os que não foram apreciados. Depois, naqueles aprovados, quais deles receberam análises mais criteriosas, que seria uma aproximação de avaliação de impacto legislativo, para quais havia argumentos contra e mesmo assim foram aprovados. Ao fim, se há proposições que viraram lei e o resultado foi diferente do esperado. Pretende-se, ainda, uma reconstituição dos problemas ou necessidades sociais que motivaram a edição das normas examinadas; dos objetivos declarados ou implícitos pelos proponentes das normas; bem como dos instrumentos existentes na legislação examinada que se destinam a atingir os referidos objetivos normativos. Assim, será possível avaliar se a utilização de instrumentos de avaliação de políticas públicas, em momento anterior a edição das normas tem o condão de legitimar, qualificar e principalmente auxiliar a produção de leis que tragam benefícios econômicos e sociais. O Estado Democrático de Direito tende a positivar em leis todas as relações da sociedade. No Brasil há uma demanda extra sobre os parlamentares, pois tende-se a avaliar a qualidade do mandato pelo número de proposições apresentadas. Somado a isso, temos a grave crise de saúde, humanitária e econômica enfrentada pela pandemia do Coronavírus. Neste contexto o Congresso Nacional foi chamado a dar respostas rápidas, apresentando e votando um número muito grande de projetos legislativos. O presente projeto tem como objetivo estruturar dissertação de mestrado que pretende realizar um estudo de caso sobre possíveis vantagens de se utilizar a avaliação de impacto legislativo na elaboração/votação de normas aprovadas pelo Congresso Nacional, durante a pandemia causada pelo Coronavírus. Nesta perspectiva, após considerações teóricas, os critérios de eficácia, efetividade, eficiência e impacto da legislação serão utilizados para verificar se as normas aprovadas atingem os objetivos para os quais foram elaboradas.

---

<sup>5</sup> Andréa Haggstram Rodrigues é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Odontologia e Direito, MBA no Setor Público e trabalha na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

## DIVULGAÇÃO DE TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS EM FUNDOS DE PENSÃO BRASILEIROS: PANORAMA E FATORES INFLUENCIADORES

Antonio Augusto de Miranda e Souza<sup>6</sup>

**Resumo:** Considerando a importância da divulgação das transações entre partes relacionadas, como uma prática consagrada de boa governança corporativa, o presente trabalho avaliará o panorama de publicidade das transações entre partes relacionadas, nos principais fundos de pensão brasileiros, por meio de pesquisa descritiva-quantitativa, com enfoque analítico-comparativo, mediante análise documental dos Relatórios Anuais de Informação dessas entidades, nos anos de 2014 e 2019, analisando comparativamente se, entre os dois momentos, ocorreu evolução da publicidade de tais ocorrências, discutindo, por meio da bibliografia relacionada, possíveis relações entre aspectos de governança, autorregulação e *enforcement* para sua maior transparência e *accountability*.

---

<sup>6</sup> Antonio Augusto de Miranda e Souza é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), bacharel em Administração e possui MBA em Previdência Complementar. Atualmente, trabalha na Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF).

## LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS OFICIAIS: PONTO DE CONEXÃO COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E SUA RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA

Antonio Carlos Bringel Machado<sup>7</sup>

**Resumo:** Como parte da política nacional de saúde, o direito à assistência farmacêutica pelo Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública mundiais, foi estabelecido pela Lei nº 8080/90, incluindo o fornecimento gratuito de medicamentos (BRASIL, 1990). Sob os esforços nacionais de assegurar o direito à saúde sem discriminação, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) do SUS insere-se não somente na logística de medicamentos, como na integralidade das ações de saúde. Nesse sentido, os procedimentos farmacêuticos, por meio dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais (LFOs), fortalecem o SUS e, conseqüentemente, asseguram o direito básico à saúde. Apesar de sua capacidade produtiva e de representarem a sustentação às conquistas civilizatórias do SUS, os LFOs ainda encontram inúmeros desafios gerenciais, explicitados na falta de flexibilidade, na limitação de gestão de recursos financeiros e humanos, bem como nas necessidades de melhorar a qualidade dos processos de produção do país (LANDIM et al., 2012; SOARES, 2012). Como parte da presente pesquisa, buscar-se-á mostrar que o fortalecimento dos LFOs garante o aumento da qualidade e da resolutividade do SUS, o que, portanto, revela a necessidade de se examinar meios de superar aqueles desafios. Ademais, o estudo da intrínseca relação da atuação estratégica de Laboratórios Farmacêuticos Oficiais (LFOs) e o bom funcionamento do sistema público de saúde compreenderá, por meio da consolidação de dados a serem apurados em fontes oficiais, livros, artigos, reportagens e entrevistas junto Associação de Laboratórios Oficiais do Brasil, sobre a medida de atuação dos LFOs.

---

<sup>7</sup> Antonio Carlos Bringel Machado é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), graduado em Farmácia-Bioquímica e é servidor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

## A REALOCAÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DAS PRIVATIZAÇÕES PARA O PRONAMPE, COMO MECANISMO DE REDUÇÃO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS NOS MPE, MEI E INFORMAIS PARA REDUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Antonio José Nogueira Santana<sup>8</sup>

**Resumo:** O presente projeto de pesquisa pretende verificar se a realocação dos recursos advindos das privatizações e desinvestimentos, para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), poderia contribuir na reconstrução do desenvolvimento econômico brasileiro, em um cenário pós-pandemia, de forma a reduzir os impactos econômicos ocasionados aos micro e pequenos empreendedores - MPE, microempreendedores individuais - MEI e informais, bem como reduzir a dívida pública do país em relação ao PIB. O PRONAMPE é um programa de governo que disponibiliza linhas de crédito baratas, destinado ao desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios, O Programa foi instituído recentemente pela Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020, e a fonte dos recursos para operá-lo são provenientes das instituições financeiras. Empresas Simples de Crédito – ESC também estão autorizadas a operar. Para tanto, os objetivos serão os seguintes: a) demonstrar as dificuldades enfrentadas pelos MPE, MEI e informais, no meio da pandemia; b) prospectar um cenário pós pandemia e apontar uma provável nova realidade aos MPE, MEI e informais; c) esboçar conjunturas político econômicas de contenção do aumento da dívida pública; d) analisar eventual correlação entre a queda do PIB e o aumento do desemprego gerado pelas dificuldades das MPE, MEI e informais; e) investigar se existe correlação entre as eventuais dificuldades e a redução do fluxo circular de renda; f) demonstrar se os recursos advindos dos processos de privatizações poderiam cooperar na recuperação dos MPE, MEI e informais, por meio de sua realocação no PRONAMPE; g) verificar se tal medida pode contribuir na redução da dívida pública em relação ao PIB. Nesse contexto, pretende-se provar que a realocação dos recursos advindos das privatizações e desinvestimentos para o PRONAMPE reduzirá os impactos econômicos ocasionados aos MPE, MEI e informais, de forma a contribuir com a reconstrução do desenvolvimento econômico brasileiro, bem como reduzir a dívida pública do país em relação ao PIB. Será utilizado o método jurídico (para analisar o contexto da realocação de recursos como política pública), qualitativo (por se tratar do resultado da imersão do pesquisador na vida e no contexto da população pesquisada), quantitativo (por envolver análise estatística, descrição de tendências, comparação de grupos, relação entre variáveis, comparação de resultados com estudos anteriores) e indutivo (observar o fenômeno, formular um problema a ser estudado, analisar os elementos constituintes do fenômeno, descobrir as relações entre eles, construir e verificar hipóteses de trabalho, elaborar generalidades).

---

<sup>8</sup> Antonio José Nogueira Santana é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), graduado em Direito e pós-graduado em Direito Processual Civil. Atualmente é servidor dos Correios.

## GESTÃO POR PROCESSOS NO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DE MATURIDADE

Bernardo da Rocha Spiegel Sallum<sup>9</sup>

**Resumo:** O projeto possui como seu problema de pesquisa o esclarecimento de qual é o nível atual de maturidade em gestão de processos do Governo do Distrito Federal. Seu objetivo geral é identificar e estudar as práticas de gestão de processos existente no âmbito do Governo do Distrito Federal, medi-los e definir o nível de maturidade em gestão de processo do governo local. A hipótese, que o GDF possui um baixo nível de maturidade em gestão de processos, será testada por meio da aplicação do Índice de Desempenho de Processos (PPI) da Rummler-Brache. O público alvo da pesquisa serão 30 AGEPs – Assessores de Gestão Estratégica e Projetos. Cada Secretária de Estado do Governo do DF possui um AGEP, servidor encarregado em disseminar as boas práticas de gestão em seus Órgãos. Esses servidores são os pontos focais do modelo de gestão atualmente adotado pelo Governo do DF. Uma vez aferido o nível de maturidade do Governo do DF, serão realizadas reuniões com o mesmo grupo para identificar os problemas, barreiras e possíveis soluções para que o nível seja elevado. Como resultado final, o projeto de pesquisa irá responder a seu problema de pesquisa, justificar as razões para o nível encontrado bem como deixar sugestões para a melhoria do mesmo.

---

<sup>9</sup> Bernardo da Rocha Spiegel Sallum é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e possui bacharelado em Administração. Atualmente, é servidor da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

## COMO DECIDE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DOS PARECERES DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETOS DE LEI

Bruno Crasnek Luz<sup>10</sup>

**Resumo:** Identificou-se, a partir da análise das decisões do Conselho Nacional de Justiça nos pareceres de mérito sobre anteprojetos de lei de criação de cargos públicos no âmbito do Poder Judiciário da União, que os pronunciamentos se descolam dos parâmetros objetivos fixados pela Resolução CNJ nº 184, de 2013, para autorizar o aumento da despesa dos tribunais com pessoal. Pretende-se apresentar uma justificativa para a diferença entre as decisões de mérito e os atos normativo-regulamentares internos que estabelecem parâmetros objetivos para a emissão desses mesmos pareceres, em especial a Res. CNJ nº 184, de 2013, a partir da análise das construções argumentativas dos pareceres de mérito sobre anteprojetos de lei de criação de cargos no Poder Judiciário da União e à luz do arranjo político-institucional dos Conselheiros e das dinâmicas de barganha e de formação de maioria em cada composição. Espera-se que as decisões que relativizam critérios objetivamente estabelecidos para a emissão de pareceres favoráveis à criação de cargos públicos pudessem ser justificadas pela consolidada maioria de membros do Poder Judiciário no processo, incluindo os principais grupos de pressão externos atuantes sobre o Conselho, e pelos ganhos mútuos decorrentes da interação entre gestores judiciários e conselheiros não-magistrados, por outro. O trabalho adotará o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento monográfico. Recorrer-se-á à pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias e entrevistas com Conselheiros de composições anteriores, a fim de colher perspectivas pessoais a respeito do processo de decisão e de formação de maioria.

---

<sup>10</sup> Bruno Crasnek Luz é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Direito, especialização em Administração Pública. Atualmente, é servidor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

# EFICIÊNCIA E EFICÁCIA NO SISTEMA DE COMPRAS CENTRALIZADAS NO EXÉRCITO BRASILEIRO: ESTUDO DE CASO DO MODELO UTILIZADO NA GUARNIÇÃO DE BRASÍLIA

Cássius Eduardo de Souza Procópio<sup>11</sup>

**Resumo:** O presente trabalho versa sobre o sistema de compras públicas centralizadas, abordando as suas origens na Administração Pública e no Exército Brasileiro. O trabalho faz uma comparação entre o sistema de compras centralizadas com o descentralizadas dentro do Exército Brasileiro, abordando, principalmente a eficiência e eficácia dos processos e centralizados utilizados na cidade de Brasília. O objetivo central desta monografia é responder à pergunta: “O sistema de compras centralizada pode gerar maior Eficiência e Eficácia nas compras do Exército Brasileiro, reduzindo os custos dos processos licitatórios e dos produtos e serviços adquiridos?”. Adotou-se uma metodologia explicativa e aplicada, numa pesquisa qualitativa-quantitativa, utilizando, para isso, pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Os objetivos específicos do trabalho foram: Descrever os conceitos de eficiência e eficácia no sistema de compras públicas; descrever os sistemas de compras existentes; apresentar a diferença de compras centralizadas e descentralizadas; apresentar a implantação do sistema de compras centralizadas na Administração Pública; apresentar o funcionamento do sistema de compras dentro do Exército Brasileiro; descrever o sistema de compras centralizadas dentro da estrutura do Exército Brasileiro; e apresentar o funcionamento do sistema de compras centralizadas do Exército Brasileiro na Guarnição de Brasília.

---

<sup>11</sup> Cássius Eduardo de Souza Procópio é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Ciências Militares. Atualmente, é militar do Exército Brasileiro, desempenhando suas funções no Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica.

## MULHERES NO SERVIÇO MILITAR NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE AS IMPRESSÕES DELES E DELAS

Eclair Gil Tinoco Junior<sup>12</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar como homens e mulheres veem a ampliação da presença da mulher no Exército Brasileiro por meio do serviço militar voluntário. O aumento do efetivo feminino no Exército acompanha uma tendência mundial de inclusão delas no mercado de trabalho, atendendo à uma demanda legítima de ampliação da presença da mulher em todos os espaços sociais. O Projeto de Lei do Senado no 213, de 2015, permite o acesso delas no Exército por meio do serviço militar voluntário, o que suscita a possibilidade de serem empregadas em operações de combate, fato este que não é um consenso no meio militar. Este trabalho visa entender como as impressões acerca do assunto podem variar de acordo com os diferentes atores e gêneros e verificar se elas querem atuar na linha de frente de combate como soldados. Para isso, será realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória, por meio de uma revisão bibliográfica para verificar como tem sido visto o processo de inserção das mulheres na caserna, analisando experiências no Brasil e no exterior e posteriormente, será investigado como é a integração das mulheres no Exército na visão dos diferentes atores de ambos os sexos por meio de entrevistas e questionários. Assim, parte-se da hipótese de pesquisa que há divergências de impressões acerca da presença e do papel das mulheres no serviço militar no Exército e no final procurar-se-á responder ao seguinte problema: homens e mulheres compartilham as mesmas impressões acerca da presença e do papel delas no Exército?

---

<sup>12</sup> Eclair Gil Tinoco Junior é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), graduado em Ciências Militares. Atualmente, é militar do Exército Brasileiro.

## ESTRUTURAÇÃO, ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE NO ESTADO DE GOIÁS

Evanilde Fernandes Costa Gomides<sup>13</sup>

**Resumo:** Desde o ano de 2013, quando se iniciou o desenvolvimento do projeto de criação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde em Goiás, alguns problemas obstaram seu curso, fazendo com que a continuidade do processo se protelasse, com isso, a expectativa era de que a cooperação e a ação coordenada entre os entes federados seriam ampliadas. Traz como premissas, os estudos e experiências apresentadas após promulgação da Lei 11.107 de 2005, onde os consórcios públicos são um importante mecanismo de auxílio aos governos municipais, na execução de sua missão constitucional de garantia à saúde pública, asseverado em conformidade com a extensão do papel assumido pelos gestores envolvidos na prestação de serviços públicos de saúde e a racionalidade dos recursos financeiros. Portanto, o referido projeto se propõe compreender a estrutura, estratégias e seus principais desafios, como também, avaliar o processo de viabilidade e expansão em outros estados da federação, com objetivo de apresentar estratégias que possa impulsionar a manutenção e expansão dos Consórcios Intermunicipais de Saúde em Goiás de forma regionalizada e descentralizada. A metodologia utilizada será de natureza qualitativa descritiva, por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa documental, observações e entrevistas semiestruturadas presenciais e /ou online, com os atores envolvidos no estado de Goiás e em outros estados da federação.

---

<sup>13</sup> Evanilde Fernandes Costa Gomides é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui bacharelado em Direito e licenciatura em Pedagogia. Servidora federal aposentada do Ministério da Saúde.

## RELAÇÕES HUMANAS E GESTÃO DE CONFLITOS: BEM-ESTAR NO AMBIENTE DE TRABALHO NO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio

Helena Machado Cabral Coimbra Araujo<sup>14</sup>

**Resumo:** O problema de pesquisa é formulado da seguinte forma: “quais fatores atuam como potenciais geradores de conflitos interpessoais e como eles impactam na qualidade de vida dos servidores do ICMBio?”. Sabe-se da importância de monitorar e avaliar programas, projetos e políticas públicas e nesta linha, após dois anos da criação do Núcleo MEDIARE – cuja competência é atuar na gestão e prevenção de conflitos interpessoais manifestados internamente no ICMBio – faz-se necessário reavaliar o processo, e realizar o diagnóstico das possíveis causas dos conflitos interpessoais. Para este último, optar-se-á por aplicar o Inventário de Avaliação de Qualidade de Vida (IA\_QVT), instrumento científico validado (FERREIRA, 2009) por se entender que o referido instrumento possibilitará explicitar a percepção dos servidores do ICMBio quanto ao contexto de trabalho, as práticas de gestão, os impactos do trabalho nos servidores (sentimentos, afetos, desgastes...) e aos potenciais geradores de conflitos interpessoais. Como resultado indireto a pesquisa pretende contribuir para o estabelecimento de diretrizes para a construção de um programa robusto e que forneça base conceitual concreta para as posteriores ações do MEDIARE de forma integrada.

---

<sup>14</sup> Helena Machado Cabral Coimbra Araujo é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e servidora do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

## COORDENAÇÃO FEDERATIVA E POLÍTICA NACIONAIS: DESAFIOS DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA CAPES

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa<sup>15</sup>

**Resumo:** A CAPES, órgão vinculado ao Ministério da Educação, criado em 1951, possui quase toda sua existência atrelada à pós-graduação. Em 2007 recebe a missão de atuar na formação de professores da Educação Básica, objetivando a correção de problemas característicos da atuação do governo federal: atuação descoordenada dos entes da federação, desarticulação entre Educação Básica e Pós-Graduação e com descontinuidade dessas ações. Considerando o modelo federativo brasileiro na oferta dos direitos sociais após Constituição de 88, atuação em regime de colaboração, a presente pesquisa busca diagnosticar como a CAPES vem promovendo a coordenação federativa nos programas da Educação Básica. Tal compreensão é fundamental para a pretensão de se instituir um “Sistema Nacional de Formação Docente da Educação Básica”. Conforme apresentado na literatura, a hipótese é a de que as relações intergovernamentais estabelecidas são de tendência centralizadora do governo federal e das instituições de ensino superior que atuam nas ações e desarticuladas entre os atores da política. A participação dos estados e municípios junto às ações é muito aquém da necessária. Avançando na explicação da fragilidade da coordenação federativa, tais variáveis são relacionadas ao fenômeno estudado: cultura organizacional, desenho da política pública, características do federalismo brasileiro e dificuldades do Ministério da Educação definir seu papel na política em questão. O foco da análise será o processo de construção dos instrumentos de coordenação federativa cujas bases de consulta serão documentos oficiais e entrevistas realizadas com os órgãos representantes dos secretários de educação dos estados e municípios e com os gestores da CAPES.

---

<sup>15</sup> Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), graduada em Pedagogia. Atualmente, é servidora da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE CÁLCULO DO BDI SOBRE O PREÇO DE OBRAS E ESTUDO DE CASO NA TERRACAP

Jonathan de Castro Dallagnol<sup>16</sup>

**Resumo:** O BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) adotado pela Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap é o calculado pela sua coirmã Novacap com base nos dados da Novacap, assim não há uma correspondência exata entre o BDI adotado pela Terracap e a sua real situação administrativa. Um dos componentes para o cálculo do BDI é a “Administração Central”, que representa as despesas que uma empresa despense com a manutenção da sua sede, incluindo pessoal e gastos com manutenção do prédio. Esta parcela, além de difícil mensuração é específico de cada empresa. O tema deste trabalho consiste em determinar um valor mais próximo da realidade da Terracap para o BDI, o que resultará, além de um aprimoramento na mensuração de custos e ajustes na contabilidade interna, uma justiça na contratação por meio de licitação. O problema que este trabalho visa resolver é se o BDI adotado pela Terracap é ideal no ponto de vista da metodologia do cálculo e nos valores utilizados. O trabalho utilizará a técnica do estudo de caso e tem como hipótese de que a metodologia utilizada atualmente para o cálculo do BDI na Terracap condiz com a real situação da empresa e não há necessidade de revisão do cálculo, além disso, o BDI utilizado é muito próximo de empresas que atuam na mesma área.

---

<sup>16</sup> Jonathan de Castro Dallagnol é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Engenharia Civil e especialização em Formação de Gestores e Contratos. Atualmente, é servidor público da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília).

## GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES: A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE GESTÃO DE RISCOS EM UMA SEÇÃO DE LICITAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

José Roberto Chagas Ferreira<sup>17</sup>

**Resumo:** Este projeto de pesquisa apresenta como problema o seguinte questionamento: como implementar um plano de gestão de riscos na rotina de processos de aquisições e contratações em uma Seção de Licitações no âmbito de uma Unidade Gestora do Exército Brasileiro? A partir desse questionamento, buscar-se-á realizar uma proposição de implementação de um plano de ação a ser adotado como modelo voltado à melhoria do desempenho dos trabalhos realizados naquela seção pautado em mecanismos de liderança, estratégia e controle. Desse modo, o trabalho será dividido em três etapas. Em um primeiro momento será dedicado ao estabelecimento da linha geral de pesquisa, identificando na literatura, por meio do estudo bibliométrico, um referencial teórico sobre os temas centrais e inerentes ao objeto de pesquisa no âmbito da governança das aquisições e na gestão de riscos. Adiante, será realizada a caracterização da organização estudada, onde buscar-se-á diagnosticar oportunidades e ameaças além de mapear os principais processos críticos. E, por fim, confluindo para a solução da problemática, será proposto um plano de gestão de riscos capaz de monitorar, controlar e melhorar o desempenho da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos de modo planejado.

---

<sup>17</sup> José Roberto Chagas Ferreira é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Ciências Militares, Direito e Administração. Atualmente, é militar do Exército Brasileiro.

# GOVERNANÇA DO COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CAMEX (GECEX): ANÁLISE DA GESTÃO TARIFÁRIA DE 2003 A 2018

Juliana Maria de Almeida Barros<sup>18</sup>

**Resumo:** O tema do presente estudo baseia-se na análise de governança do Comitê Executivo de Gestão (GECEX) da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), que vigorou de 2003 até 2018. A governança pública passou a ser usado comumente no meio acadêmico conceitualmente na definição de como o setor público gerencia a si mesmos bem como suas relações com a sociedade mais ampla. A ênfase em governança reflete de diversas formas, as preocupações públicas com relação à capacidade de seus sistemas políticos de agirem de forma efetiva e decisiva no sentido de resolver problemas públicos que envolvam a sociedade civil. Assim, o presente trabalho enfoca na relação da sociedade civil com o GECEX em especial das competências do Regimento Interno relativas à gestão tarifária (TEC E LETEC). Pretende-se assim analisar a relação da administração pública com a sociedade civil pesquisando-se quais os setores que mais se utilizaram desse instrumento de governança desde sua criação como CAMEX em 2003 e se seus pleitos foram atendidos ou não pelo órgão. Tais pleitos impactam diretamente na economia por atuar como regulador da entrada de produtos importados no país. Com a identificação dos maiores atores na utilização dos mecanismos de alteração tarifária, pode-se identificar se há predominância de determinados setores na economia e como eles atuam no sistema de governança da CAMEX.

---

<sup>18</sup> Juliana Maria de Almeida Barros é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Possui graduação em Relações Internacionais e em Direito e especialização em Marketing Internacional. Atualmente, é Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.

# A PANDEMIA DO SARS-COV-2 E SEUS IMPACTOS NAS ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS DAS CAPITAIS QUANTO À ADOÇÃO DO HOME OFFICE E AOS EFEITOS NA ARRECADAÇÃO DOS FISCOS MUNICIPAIS

Julio Carlos da Silva<sup>19</sup>

**Resumo:** A pesquisa fundamenta-se na exploração da problemática que a pandemia do coronavírus trouxe às administrações tributárias das capitais no que diz respeito ao impacto na arrecadação dos impostos municipais e das transferências constitucionais e, ainda, diagnosticar o reflexo no atendimento ao contribuinte e nas relações funcionais entre o poder público e o funcionalismo, buscando traçar os cenários *ex anti*, durante e *ex post* a crise sanitária da COVID-19. Neste sentido, o estudo tem por objetivo principal avaliar o quanto e como a arrecadação dos entes municipais foi afetada, inclusive considerando o socorro financeiro do governo federal às cidades brasileiras, fazendo um paralelo de panoramas com e sem essa ajuda da União, além de pinçar a pesquisa com análises de impacto no ambiente organizacional desses entes, buscando conhecer e identificar as ações tomadas e as mudanças realizadas no atendimento ao contribuinte para adequar às restrições de distanciamento social imposta pela competências sem comprometer a saúde de seus servidores e buscar conhecer as impressões dos servidores da área fiscal quanto ao modelo adotado pela administração tributária a que pertence. Destarte, por meio do método quantitativo, para questões arrecadatórias, e qualitativa, para fins de análise das mudanças organizacionais, este estudo de caso buscará confirmar ou refutar as hipóteses da pesquisa em voga.

---

<sup>19</sup> Julio Carlos da Silva é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Administração e é servidor da Secretaria de Fazenda do Município de Cuiabá.

## A POLÍTICA CONCORRENCIAL E A ECONOMIA DIGITAL: OS DESAFIOS DA AUTORIDADE ANTITRUSTE DIANTE DOS NOVOS CENÁRIOS GLOBAIS

Luciana Oliveira e Leão<sup>20</sup>

**Resumo:** O presente projeto propõe realizar um estudo sobre a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), comparativamente a agências antitruste de outros países, no tratamento de supostas infrações à ordem econômica em mercados digitais. O objetivo do estudo é analisar os casos de alegada infração à ordem econômica, que envolvem empresas baseadas em plataformas digitais, submetidos à análise do CADE para traçar um diagnóstico do perfil da política brasileira em matéria concorrencial nesses mercados, bem como sopesar o grau de intervenção estatal. Será utilizada metodologia qualitativa, com estudo de casos, identificando variáveis comuns entre eles para viabilizar a obtenção do diagnóstico.

---

<sup>20</sup> Luciana Oliveira e Leão é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), graduada em Administração – Comércio Exterior – especialização em Gestão de Projetos PMI. Atualmente, é servidora do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

## ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Luísa Canziani dos Santos Silveira<sup>21</sup>

**Resumo:** O presente trabalho trata-se de uma pesquisa no formato de estudo de caso que busca encontrar os elementos que fizeram da região de Londrina-PR um espaço propício para o desenvolvimento de um ecossistema de inovação. Bem como a busca por evidências de que essa construção trouxe benefícios sociais e econômicos muito relevantes, que fizeram com que a região se desenvolvesse em muitos aspectos. A metodologia usada será o estudo de caso com a comparação entre os dados coletados no ecossistema de Londrina com a teoria a respeito do assunto e com outros casos encontrados em cidades como Florianópolis e Santa Rita do Sapucaí. O propósito é, além de evidenciar as descobertas e melhorias encontradas, montar um roteiro de implementação desse tipo de rede, para que mais cidades brasileiras possam agrupar os elementos necessários para que se desenvolvam nesse e em outros modelos de ecossistema.

---

<sup>21</sup> Luísa Canziani dos Santos Silveira é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Direito. Atualmente, é Deputada Federal pelo Estado do Paraná.

## O SISTEMA OUV-DF COMO POLÍTICA PÚBLICA DE PROMOÇÃO DE *ACCOUNTABILITY*: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2017-2019

Marcel Lucca Cordeiro Magalhães<sup>22</sup>

**Resumo:** O projeto consiste na realização da avaliação de política pública do sistema OUV-DF, com o objetivo de responder: “Em que medida o sistema OUV-DF, no período de 2017-2019, foi uma política pública de promoção do *accountability*?”. O trabalho propõe a revisão de literatura dos conceitos de *accountability*, com enfoque no *accountability* social; e a avaliação de políticas públicas para fundamentar o estudo. A metodologia de avaliação de políticas públicas utilizada será a de avaliação de processo aliada à economia comportamental, com o intuito de averiguar a qualidade dos indicadores utilizados e as técnicas de big data para trabalhar os dados fornecidos pelo sistema. O recorte da proposta engloba o período de 2017 a 2019 e serão analisadas, em especial, as demandas de denúncias, as reclamações e as solicitações (todas demandas nas quais o cidadão é capaz de avaliar a resolutividade). Ao final, serão propostas melhorias à política pública.

---

<sup>22</sup> Marcel Lucca Cordeiro Magalhães é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Engenharia da Computação e é servidor da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília).

## A LEI 10.097/00 CONTRIBUI PARA AUMENTAR A EMPREGABILIDADE DOS JOVENS NO BRASIL?

Marco Aurelio Bertaiolli<sup>23</sup>

**Resumo:** De acordo com a Lei 10.097/00, o jovem aprendiz (14 a 24 anos) pode ser inserido no mercado de trabalho participando de programas de aprendizado profissional. Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo verificar por meio de projetos desenvolvidos no Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a eficácia da lei apresentada. O estudo será qualitativo e mediante questionário aplicado com a participação de 150 jovens do CIEE, das cidades médias do Estado de São Paulo, considerando a isonomia nas amostras, o grau de escolaridade, o grupo social e a idade. Em suma, esse trabalho visa determinar se o nível de empregabilidade destes jovens é ampliado após a participação em programas de aprendizado.

---

<sup>23</sup> Marco Aurelio Bertaiolli é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), graduado em Administração de Empresas, possui pós-graduação em Gerência de Cidades. Atualmente, é Deputado Federal pelo Estado de São Paulo.

## MELHORIAS INCREMENTAIS PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ENTIDADES DO SISTEMA S JUNTO AO TCU

Nicole Carvalho Goulart<sup>24</sup>

**Resumo:** As entidades do sistema S passam por uma crise sem precedentes, em especial, de imagem. O modelo de relatório de gestão (prestação de contas) desenvolvido pelo Tribunal de Contas, embora robusto, não é de fácil leitura e desconhecido por grande parte da população, inclusive pelos poderes executivo, legislativo e judiciário. Logo, não se sabe qual a percepção das autoridades públicas a respeito do conteúdo formulado pelas entidades e disponibilizado pelo TCU. O projeto de pesquisa busca trazer, portanto, quais são as melhorias incrementais para a apresentação de um novo modelo de relatório de gestão capaz de gerar conteúdo consumível e de propulsor de políticas públicas, tendo como ponto de partida a percepção de autoridades públicas e com objetivo de gerar melhoria na percepção da qualidade de prestação dos serviços ofertados pelo Sistema S. Para tanto será necessário caracterizar a legislação e regulamentos relativos ao modelo de elaboração do relatório de gestão expedido pelo TCU; identificar os dados que demonstrem a efetividade do relatório de gestão para a tomada de decisão nos poderes executivo, legislativo e judiciário; tipificar as informações dispensáveis e indispensáveis que precisam conter no relatório de gestão; e apresentar novas diretrizes e novo modelo de apresentação do relatório de gestão (prestação de contas).

---

<sup>24</sup> Nicole Carvalho Goulart é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Direito e trabalha no Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional do Transporte (SEST/SENAT).

## O PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) E SUA ABRANGÊNCIA ATRAVÉS DO BANCO DE BRASÍLIA (BRB)

Patricia Alves de Melo<sup>25</sup>

**Resumo:** Com a privatização dos bancos estaduais na década de 90 restaram apenas quatro bancos estaduais dentre eles o Banco de Brasília (BRB). Uma importante política pública praticada pelo BRB é o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). O maior financiador do programa é o Banco do Brasil e as Cooperativas de Crédito Agrícola, porém pela sua característica de banco público o BRB também atua fortemente no programa. Considerando a peculiaridade do Distrito Federal ainda ter um banco estadual, no caso o BRB, vamos estudar se este fator aumenta de modo significativo a abrangência do PRONAF e ainda se há um acompanhamento por parte do banco para mensurar a efetividade desta política pública que visa gerar emprego e renda a agricultores familiares. A metodologia a ser utilizada será a qualitativa com análises de séries históricas do Banco Central do Brasil (BACEN) e EMATER e será considerando alguns municípios limítrofes do DF situados no Estado de Goiás, que não tem o suporte de um banco estadual, como modelo comparativo.

---

<sup>25</sup> Patricia Alves de Melo é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui bacharelado em Ciência da Computação e é servidora do Banco de Brasília (BRB).

## AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE PARA COMPRAS PÚBLICAS NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Raniere de Carvalho Noronha Araújo<sup>26</sup>

**Resumo:** Este trabalho visa entender a eficácia da avaliação da implementação dos critérios de sustentabilidade nas compras públicas como instrumento de política pública no âmbito do Exército Brasileiro. Para isso iremos apresentar critérios de análise relativas às compras públicas no que se refere a política pública no âmbito do Exército Brasileiro, avaliar a implementação de critérios de sustentabilidade nas compras públicas, identificar os principais critérios de sustentabilidade utilizados nas compras públicas, medir o nível de conhecimento dos gestores de compras públicas em relação à critérios de sustentabilidade e apresentar as oportunidades de melhorias para a implementação dos critérios de sustentabilidade nas compras públicas do Exército Brasileiro. Apresentar se âmbito do Exército Brasileiro está sendo utilizada de maneira eficaz os critérios de sustentabilidade ou possuindo dificuldades para a implementação desta política pública e descrever as possíveis barreiras para a implementação dos critérios de sustentabilidade em compras públicas. A metodologia inicialmente será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre Compras Públicas Sustentáveis, após serão realizados pesquisas em editais de licitações para verificação de critérios de sustentabilidade em compras públicas e aplicado questionários para os agentes de licitações de organizações militares visando a apuração de conhecimento dos mesmos sobre práticas de sustentabilidade em compras públicas.

---

<sup>26</sup> Raniere de Carvalho Noronha Araújo é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui licenciatura em Ciências Biológicas. Atualmente, é militar do Exército Brasileiro.

## GOVERNO DIGITAL UM NOVO PARADIGMA DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE: A IMPLANTAÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO DE DIGITAL

Ricardo de Souza Moreira<sup>27</sup>

**Resumo:** O governo digital representa uma oportunidade para a universalização da prestação do serviço público por meio da Internet. O Brasil é o quarto país com maior número de usuários de Internet e está colocado em 44º lugar no ranking da ONU que avalia os governos digitais, a demonstrar o potencial de avanço nessa área da gestão pública. Este trabalho, tendo como base a experiência de implantação da Carteira de Trabalho Digital, pretende entender: em que medida a prestação de serviços públicos por meio de plataformas digitais contribui para a universalização do uso desse serviço pelo cidadão? Estudos indicam que a escolaridade, faixa etária, entre outros fatores, influenciam o acesso aos serviços públicos disponibilizados em plataformas digitais. Assim, a hipótese é que a prestação de serviços públicos por meio de plataformas digitais favorece, mas não é suficiente para a universalização do uso desse serviço pelo cidadão. A condução deste estudo compreenderá: (1) revisão da literatura focada na universalização de serviços públicos e nos fatores que influenciam o acesso do cidadão aos serviços prestados pelos governos digitais; (2) consultas a relatórios de experiência de usuários, do período de setembro de 2019 a setembro de 2020, no intuito de identificar os fatores que contribuíram ou dificultaram o uso da Carteira de Trabalho Digital; e (3) realização de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores, a fim de compreender se tiveram sucesso na obtenção da Carteira de Trabalho Digital e quais foram os aspectos que contribuíram para a obtenção ou impediram o acesso à solução tecnológica.

---

<sup>27</sup> Ricardo de Souza Moreira é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Ciência Contábeis e é servidor público federal da Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

# O MECANISMO DE ADESÃO AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO E SEUS REFLEXOS ECONÔMICOS NA GESTÃO DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ: UMA ABORDAGEM ECONÔMICA SOBRE A LUZ DA LEGISLAÇÃO NOS ANOS DE 2018/2020

Rodrigo Borges Fontan<sup>28</sup>

**Resumo:** O tema apresentado foi escolhido pois, diante do cenário de compras públicas, diversos desafios são apresentados e enfrentados durante o procedimento. Nesse cenário, por muitas vezes a velocidade na aquisição pública é importante para suprir determinada demanda que, em procedimento licitatório ordinário, poderá ser inconsistente com a necessidade. Dessa forma, o problema será analisar, a luz da legislação, se a não adesão a ata de registro de preço pode trazer impactos econômicos na gestão de compras do município de Maceió observando que essa tem sido uma tendência de entendimentos do Tribunais de Conta em comparação a realização do pregão eletrônico com ARP. A análise posta se faz necessário, pois os órgãos de controle não observam como uma boa prática a conduta de “adesão a ata”. Nesse sentido, alguns pontos precisam ser observados: 1. Não se ver como boa conduta porque o preço de aquisição seria sempre mais alto do que o preço adquirido em uma licitação chamada “ordinária”; 2. Existe a possibilidade de fraude e/ou combinação de preços em um processo de adesão de ata; 3. O prazo para a aquisição de compra utilizando o mecanismo de adesão de ata é mais rápido e econômico do que um processo ordinário de compras.

---

<sup>28</sup> Rodrigo Borges Fontan é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Direito e Administração. Atualmente, é servidor público Agência Municipal de Regulação de Serviços Delegados de Maceió/AL.

## COMPETÊNCIAS EXISTENTES *VERSUS* COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS AOS AUDITORES INTERNOS GOVERNAMENTAIS: UM ESTUDO DE CASO DO CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO

Rosangelo Koltz<sup>29</sup>

**Resumo:** O Exército Brasileiro possui um relevante quinhão do orçamento público e fomenta vários setores econômicos nas diversas regiões do país. Para apoio ao controle da aplicação desses recursos, conta o Sistema de Controle Interno do Exército, que tem como objetivo fortalecer a governança, a gestão de riscos e os controles internos de gestão do Exército. A fim de atingir esses fins, há a necessidade de que as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) dos auditores internos estejam alinhadas às estratégias do órgão de controle. A recente literatura nacional e internacional, sobre boas práticas de auditoria governamental, destaca a necessidade de alinhar as competências individuais às agendas estratégicas das instituições. Nesse sentido, desenvolveu-se a proposta de estudo com a finalidade de identificar o nível de alinhamento das competências existentes às desejáveis aos auditores do Sistema de Controle Interno do Exército, à luz das atuais normas nacionais e internacionais de auditoria do setor público. A fim de alcançar o objetivo deste trabalho, estabeleceu-se uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com delineamento de estudo de caso e abordagem qualitativa. A coleta de dados será realizada por meio da análise documental, no que trata da identificação das competências individuais desejáveis, e através de questionário, para identificação das existentes junto aos auditores internos. A identificação do nível de alinhamento entre as competências será realizada através da análise de gap de competências.

---

<sup>29</sup> Rosangelo Koltz é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui bacharelado em Ciências Contábeis. Atualmente, é militar do Exército Brasileiro, desempenhando suas funções no Centro de Controle Interno.

## A CAPES E O FOMENTO A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: ANÁLISES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FRENTE AO ATUAL CENÁRIO ECONÔMICO

Thiago Bastos Neves<sup>30</sup>

**Resumo:** O desenvolvimento do presente estudo busca realizar uma análise sobre as ações desenvolvidas para a expansão do sistema de pós-graduação brasileira e mais especificamente sobre a importância da atuação da CAPES nesse processo, destacando as principais características e contribuições da atuação da agência e os desafios e perspectivas que se apresentam diante do atual cenário de restrição econômica no Brasil. De um modo geral, apesar da característica recente do sistema de pós-graduação no Brasil, percebe-se um sistema extremamente desenvolvido, consolidado e respeitado no mundo acadêmico internacional, sendo que muito dessa realidade se deve a participação fundamental das agências de fomento à educação e a pesquisa, com destaque para a CAPES, além de uma clara atribuição ao investimento a ciência e educação como fator estratégico de desenvolvimento nacional, devendo figurar sempre entre as prioridades de governo. Porém, o cenário atual mostra-se um pouco incerto para o progresso e desenvolvimento das ações de fomento de órgãos como a CAPES, diante da imposição de reduções orçamentárias. Desta forma, o estudo justifica-se na importância da atuação do órgão para o desenvolvimento do país, considerando-se a hipótese de que os fatos atuais parecem encaminhar para o enfraquecimento da atuação da agência. Nesse sentido, o projeto através de um estudo qualitativo e quantitativo, de natureza exploratória e descritiva, com ampla pesquisa bibliográfica e documental, e complementarmente com a realização de entrevistas com gestores e especialistas, propõe-se a apresentar as principais características do fomento à pós-graduação no Brasil realizado pela CAPES, analisando os dois programas de maior investimento da instituição, o Demanda Social e o PROEX, discutindo o real cenário desse fomento, diante dos impactos causados pela atual crise econômica que afeta o estado brasileiro, considerando serem os cortes orçamentários uma tendência nas ações de investimento estatal, porém buscando identificar a ocorrência de tais cortes, suas medidas e extensões, além de encontrar respostas à respeito das expectativas futuras que se apresentam para o desenvolvimento das ações da CAPES no setor de fomento à pós-graduação no Brasil.

---

<sup>30</sup> Thiago Bastos Neves é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui bacharelado em Turismo e especialização em Gestão Pública. Atualmente, é servidor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE: TERAPIA GÊNICA PARA ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL (AME) E SUA DISPONIBILIDADE PELO PODER PÚBLICO

Valtenir Luiz Pereira<sup>31</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa busca analisar como o Poder Público vem atuando em políticas públicas de saúde, especificamente, no caso de doenças raras. Com vistas a ilustrar um exemplo prático, optou-se por adentrar na questão do tratamento de Atrofia Muscular Espinhal (AME), que vem apresentando novas opções de tratamento por meio da terapia gênica. Diante da necessidade de o Poder Público viabilizar opções de tratamento mais adequados para pacientes de doenças raras no Brasil, principalmente pela opção de terapia gênica, essa pesquisa se propõe a responder a seguinte pergunta: como o Poder Público seria capaz de prover tratamento eficiente para doenças raras e quais são os obstáculos enfrentados, em específico para o caso da AME? Esta pesquisa consistirá na utilização do método hipotético-dedutivo, a fim de encontrar evidências empíricas para testar a hipótese proposta, tendo como base: a) revisão da literatura e pesquisa bibliográfica, a partir de artigos científicos e estudos acadêmicos (dissertações e teses) de autores brasileiros e estrangeiros; b) entrevistas estruturadas com gestores públicos da área de saúde e questionários a serem enviados a familiares de pacientes com AME; c) coleta de documentos sobre custos envolvidos nos tratamentos de pacientes portadores de AME e elaboração de quadro comparativo de custos; d) estudo prescritivo dos resultados da pesquisa.

---

<sup>31</sup> Valtenir Luiz Pereira é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e advogado.

## METODOLOGIA PARA SELEÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS NO ‘SISTEMA S’ DO TRANSPORTE

Vinicius Ladeira Marques de Sousa<sup>32</sup>

**Resumo:** O presente trabalho de pesquisa busca auxiliar o processo de tomada de decisão quanto à seleção de novos projetos a serem desenvolvidos no âmbito do sistema S do transporte – SEST SENAT. A etapa de seleção de novos projetos, necessariamente, passa por análise de diferentes critérios, que competem essencialmente pelo orçamento restrito, como ocorre em quase todas as empresas, entidades públicas ou mesmo países. Nem sempre as empresas possuem metodologia para apoio na seleção de novos projetos ou serviços a serem ofertados. O estudo em tela faz-se importante no instante em que propõe a criação de critérios para a seleção de novos projetos e utiliza metodologias de análise multicritérios, *Analytic Hierarchy Process* – AHP, já consolidada na literatura, para direcionar a tomada de decisão de forma qualitativa e quantitativa. Qualitativa no aspecto de dar pesos diferentes aos critérios elencados como importantes a serem considerados no processo. Quantitativa quando se compara numericamente uns com os outros. Com a metodologia aplicada, o resultado deve ser a indicação mais precisa de qual deve ser a melhor decisão a ser tomada, levando-se em consideração as variáveis importantes no contexto do Serviço Social do Transporte e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

---

<sup>32</sup> Vinicius Ladeira Marques de Sousa é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), é Advogado e Engenheiro Mecânico. Atualmente, trabalha no Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional do Transporte (SEST/SENAT).

## ENTRAVES PARA APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIS E MILITARES NO CONGRESSO NACIONAL

Vinicius Rapozo de Carvalho<sup>33</sup>

**Resumo:** O modelo bipartido de polícia estadual adotado no Brasil tem sido ineficiente no combate à criminalidade. Isso se deve, em parte, pelo modelo de ciclo incompleto da atividade policial e pela permanente rivalidade entre as corporações na busca de prestígio e recursos. Uma solução para a questão seria a unificação das polícias civis e polícias militares em uma única corporação, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição. Inúmeras propostas nesse sentido já foram apresentadas no Congresso Nacional, mas nenhuma obteve êxito até o momento. Enquanto algumas foram arquivadas, outras se arrastam nos meandros legislativos há mais de dez anos. O objetivo deste estudo, portanto, é identificar os entraves para a aprovação de uma proposta legislativa de unificação das polícias civis e militares. Com essa finalidade, todas as proposições apresentadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a partir de 1988 sobre o assunto serão classificadas e analisadas. Na análise da tramitação dessas propostas, o estudo pretende ainda explorar o engajamento do Poder Executivo federal e a intensidade do lobby das corporações policiais na questão, como forma de identificar eventuais entraves. O método de pesquisa será o misto (qualitativo e quantitativo) e o tipo de pesquisa será o exploratório.

---

<sup>33</sup> Vinicius Rapozo de Carvalho é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), possui graduação em Direito e pós-graduação em Direito do Consumidor. Atualmente, é Deputado Federal pelo Estado de São Paulo.



idp